



Alta na Bovespa

Anúncio do acordo com o FMI fez o mercado fechar em alta de 1,94%.
Página 16

O ESTADO DE S. PAULO

E & NEGÓCIOS Economia

INCLUI
Empresas

Em favor do emprego

Lula esteve na mobilização de metalúrgicos contra a política econômica.
Página 15



SÁBADO, 14 DE NOVEMBRO DE 1998

Brasil fecha acordo de US\$ 41,5 bilhões com FMI

Pacote de ajuda inclui crédito de outros organismos internacionais e várias Nações e obriga o País a cumprir um rigoroso programa de equilíbrio das contas públicas

LU AIKO OTTA,
SORAYA DE ALENCAR
e MONICA YANAKIEW

BRASÍLIA – O Brasil obteve ontem um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões, resultado de um programa de ajuda internacional que envolveu o Fundo Monetário Internacional (FMI), um conjunto de nações industrializadas, articuladas pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em troca, o País se comprometeu com um programa de desempenho das contas públicas brasileiras que envolve, entre outras metas, reduzir a praticamente metade o déficit nas contas dos governos federal, estaduais e municipais e das empresas estatais. O déficit nominal consolidado, que deve fechar em 8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 98, será de 4,7% do PIB em 99.

Os termos do programa constam do Memorando de Política Econômica, um documento assinado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que foi encaminhado ontem à diretoria do FMI. Segundo o Ministério da Fazenda, o Memorando substitui as antigas cartas de intenção que o País assinou com o Fundo.

A primeira parcela, de pouco mais de US\$ 9 bilhões, será liberada quando a diretoria do FMI aprovar o programa, o que deve ocorrer em duas semanas. O dinheiro do BID e do Bird, US\$ 4,5 bilhões de cada um, começará a ser liberado quando suas diretorias aprovarem uma provisão adicional para o País. O empréstimo do BIS ainda está sendo acertado, segundo Malan, mas será da ordem de US\$ 14,5 bilhões, a ser liberado em parcelas.

GOVERNO
ASSUMIU
COMPROMISSO
DE
MANTER A
POLÍTICA
CAMBIAL

Finalmente, há uma segunda parcela, de um pouco mais de US\$ 9 bilhões, que será liberada caso a instituição faça uma análise positiva do andamento do programa, em fevereiro. De acordo com o Ministério da Fazenda, o governo brasileiro poderá requisitar a antecipação da segunda parcela do FMI no início de 99. Esse adiantamento pode ser pedido se o programa estiver caminhando conforme o previsto.

Também segundo o Memorando, as autoridades brasileiras se comprometem a manter, durante a vigência do acordo, contatos frequentes com os técnicos do Fundo e, na hipótese de adoção de novas políticas econômicas, consultar a instituição. O acordo vale até junho de 99 e poderá ser prorrogado por outros seis meses. Estão previstas duas revisões, a primeira em fevereiro e a outra em junho.

Há três diferenças básicas entre o acordo brasileiro e os programas de ajuda aos demais países afetados pela crise. A primeira delas é que o nú-

mero de países participantes é agora muito maior. Além disso, os empréstimos dos países estão sendo concedidos concomitantemente aos das instituições multilaterais. Antes, só eram acionados depois de esgotados os recursos das instituições. A terceira novidade do acordo brasileiro é a possibilidade de antecipar a segunda parcela do empréstimo do FMI.

No total, o governo brasileiro espera contar com US\$ 37 bilhões ao longo dos próximos 12 meses. O ministro acredita, porém, que não será necessário utilizar integralmente os recursos. Segundo ele, o programa anunciado ontem é de caráter preventivo. "Esta é a razão pela qual achamos que não será necessário utilizar a totalidade dos recursos, que hoje são colocados à disposição do Brasil, e têm o efeito de mostrar a confiança do resto do mundo, de nossos parceiros internacionais, em nossa capacidade de enfrentar com determinação e vencer os problemas que enfrentamos hoje", disse Malan.

Ele afirmou que o programa anunciado ontem é parte do resultado de um processo de cooperação internacional, que começou a partir da moratória da Rússia, decretada em 17 de agosto. O aprofundamento da colaboração entre países, segundo lembrou Malan, vem sendo defendido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso desde 95. Nas conversas sobre a questão, segundo o ministro, foi ficando cada vez mais evidente a necessidade de mecanismos preventivos para os países, seja para defendê-los do contágio da crise financeira internacional, seja para livrá-los de problemas originados no funcionamento inadequado do sistema financeiro internacional.

O ministro inicia na próxima segunda-feira uma rodada de palestras nas principais praças financeiras do mundo, para falar sobre a economia brasileira. A primeira palestra será em Nova York. Em seguida, Malan vai a Frankfurt. Depois, a Paris ou Londres, ou a ambas. Os termos do acordo foram comunicados também aos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). O acordo, porém, não depende de aprovação do Legislativo para entrar em funcionamento.

Malan voltou a afirmar, ontem, que não haverá nenhuma modificação na política cambial. O compromisso de manter o atual regime de câmbio foi firmado num comunicado conjunto entre o governo brasileiro e o FMI, no dia 8 de outubro. "Desde então, ficou claro que o Brasil preservaria seu regime cambial, que é flexível o bastante", afirmou o ministro.

■ As íntegras do anúncio do acordo e do memorando de entendimento estão nas páginas 2, 3 e 4 do Caderno de Empresas.



Eduardo Guimarães, do Tesouro, o ministro Malan e Pedro Parente: total de recursos pode não ser usado

